

VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

**EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA
METRÓPOLE BRASILEIRA**

FLÁVIO VILLAÇA

Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Recife, maio de 1997

EFEITOS DO ESPAÇO SOBRE O SOCIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA

Flávio Villaça

1. INTRODUÇÃO

Este texto constitui uma contribuição aos estudos dos efeitos provocados pelo espaço urbano sobre a sociedade humana. O objeto concreto de análise são as metrópoles brasileiras contemporâneas e a segregação sócio-espacial que nelas se manifesta.

Ha uma tendência generalizada em se concordar que há uma interrelação profunda entre espaço e formação social; que as transformações das estruturas sociais provocam transformações no espaço. Em menor grau ha afirmações - mas poucas demonstrações - de que, inversamente, o espaço provoca transformações no social (Soja, 1980; Lefebvre, 1970; Boddy, 1976; Gottdiener, 1985). A maioria dos estudos socio-espaciais produzida nas últimas décadas parte das transformações na estrutura social (particularmente das transformações econômicas) para daí deduzir e explicar as transformações do espaço.

A esse respeito é possível distinguir três esferas nos estudos espaciais a saber:

1- Os estudos tradicionais que vêm desde a Escola de Chicago, continuam pelos néo-ecologistas ou passam pelos pioneiros do inicio na década de 70 que, com sua a revisão crítica feita a partir de base marxista, revolucionaram inicialmente a sociologia urbana, depois a economia política e a geografia urbanas e criaram campos hoje interdisciplinares de estudo do espaço, já agora filiados a, ou afastados de, diferentes "marxismos". Suas análises partem das transformações sociais, econômicas e/ou políticas e chegam ao espaço a elas correspondente, ou por elas produzido. Como esses estudos partem do social, com forte ênfase econômica, falam muito de *produção* do espaço; entretanto, cabe notar *en passant*, que curiosamente, apesar dessa ênfase econômica, quase nada falam sobre o *consumo* e muito menos sobre a *troca ou circulação* do fruto dessa produção. Pouco se manifestam também, sobre qual o valor produzido. Evidentemente quase nada falam sobre o efeito do espaço sobre o social..

2. A segunda esfera refere-se aos estudos dos efeitos do espaço produzido sobre o social. Estes acham-se bem menos desenvolvidos. Neste texto, aventuramo-nos nessa área ao colocarmos a segregação espacial das classe sociais como processo necessário para o exercício da dominação política e desigual apropriação dos recursos do espaço enquanto produto do trabalho e como a força determinante da estruturação intra-urbana. Estamos aí na esfera econômica - da distribuição e do consumo do espaço - mas a dominação política e a necessária ideologia serão também destacados. A conclusão sobre o efeito do espaço sobre o social - a nosso ver importante, é que é necessária uma certa geografia, uma certa **configuração espacial** (a segregação) para viabilizar aquela dominação . Sem essa configuração, seria talvez impossível - ou seria extremamente difícil - a dominação **através do espaço** e aquela desigual apropriação.

3- Finalmente há uma terceira esfera, que talvez seja a mais correta, mas que está num estágio extremamente rudimentar. Os das relações dialéticas entre espaço e sociedade. A esse respeito, Soja (1980) e Gottdiener (1985) falam muito da necessidade de uma análise dialética das relações espaço-sociedade mas ainda avançaram pouco nesse campo.

Neste texto é abordado o papel do espaço em formas de exploração que não a extração de mais valia no local de trabalho. Castells (1978, 141, grifo nosso) afirma que "...toda a problemática social tem sua origem na união indissolúvel destes dois termos [natureza e cultura], através do processo dialético mediante o qual uma espécie biológica particular (particular, posto que está dividida em classes) o "homem" se transforma e transforma o meio ambiente em sua luta pela vida e pela **apropriação diferenciada do produto de seu trabalho**".

O espaço urbano é um produto do trabalho. Como se dá sua apropriação diferenciada? Os estudos neste particular quase que se resumem na questão centro X periferia. Neste texto vamos ampliar essa questão.

O espaço urbano é um produto muito peculiar do trabalho humano. Ele é um produto não intencional resultante da produção de milhares de valores, por milhares de trabalhadores e milhares de proprietários de meios de produção: edifícios, ruas, redes, praças. O espaço urbano entretanto, tem um valor próprio que não se confunde nem com o valor desses produtos nem com sua soma. É o valor da localização.

A localização urbana se define por dois atributos: pelos contatos diretos e pelos contatos indiretos que propicia ou permite. Entende-se por contatos diretos, aqueles que não envolvem o deslocamento do ser humano; contatos indiretos são os que não envolvem ou exigem esse deslocamento. Dentre as primeiras enquadram-se as localizações caracterizadas pela disponibilidade de infra-estrutura (exceto a de transporte). Dentre as segundas incluem-se as localizações que envolvem deslocamentos. São as localizações definidas através do "perto de..." ou "longe de...". As primeiras são produzidas e podem ser reproduzidas pelo trabalho humano. No primeiro mundo a infra-estrutura existe em praticamente todo espaço urbano. As segundas são produzidas pelo trabalho humano mas não podem ser por ele reproduzidas. Teoricamente, não existem duas localizações iguais, do ponto de vista dos deslocamentos de e para elas. Por isso se diz que a propriedade de todo lote representa um monopólio. Não é possível reproduzir a esquina da Av. Rio Branco com a Av. Presidente Vargas enquanto localização. Estas localizações chamamos de **localizações puras** e de agora em diante só trataremos delas. Na prática, entretanto, há inúmeros lotes com localizações tão parecidas, que elas podem ser consideradas como iguais.

A localização pura é um valor (é fruto do trabalho humano) que se materializa no valor da terra urbana. Em nossas cidades ela predomina sobre a infra-estrutura na definição do valor da terra. As localizações puras constituem o valor específico do espaço urbano. Este não se confunde com o dos edifícios (imagine-se o valor de um terreno vago) nem com o da infra-estrutura: um terreno no centro de Piracicaba, do Recife e de São Paulo tem as mesmas infra-estruturas mas valores e preços totalmente diferentes. Estes são função da localização do terreno. A localização é um valor de uso, fruto do trabalho socialmente necessário empregado na produção da cidade inteira. Define-se pela capacidade que determinado ponto do território oferece, de relacionar-se, através de deslocamentos espaciais, com todos os demais pontos da cidade. É nisso que está a diferença entre aqueles terrenos situados em Piracicaba, Recife e São Paulo.

As classes sociais disputam entre si a ocupação das localizações mais valiosas da cidade, quer para residência, quer para negócios. Nessa disputa as classes sociais não se apropriam de uma mais valia como ocorre no local de trabalho. Apropriam-se do próprio valor (cristalizado em terrenos).

Através da propriedade desse valor, elas capturam parte do valor do trabalho social dispendido na produção da cidade toda, o qual se materializa na valorização do terreno; mas esse valor não é mais valia. Como diz Castells, as classes disputam a apropriação diferenciada do próprio produto do trabalho. Quanto mais centrais as localizações (dependendo aí do que se entenda por "centro") maior seu valor de uso, ou seja melhores condições tem ela de se relacionar com o restante da cidade.

A seguir, pretendemos mostrar que a segregação é um processo necessário para essa apropriação diferenciada do valor de uso "espaço".

2. A SEGREGAÇÃO NA METRÓPOLE BRASILEIRA

Em outros trabalhos (1), mostramos como as metrópoles brasileiras exibem um claro padrão de segregação espacial, padrão esse que vem se desenvolvendo há mais de um século. Padrão idêntico foi detectado por Hoyt (1959) para as metrópoles americanas no início deste século.

Temos fortes razões para acreditar - embora não tenhamos estudado outras metrópoles além das brasileiras - que tanto a segregação como seu impacto sobre a estrutura urbana, tal como aqui estudados, serão tão mais fortes quanto maior for o desnível entre os poderes econômico e político das classes sociais.

Desde a segunda metade do século XIX, quando a maioria das atuais metrópoles do país começou a apresentar altas taxas de crescimento, as classes de mais alta renda começaram a exibir um processo de segregação que segue, até hoje, a mesma tendência. Em todas elas, sem exceção, a tendência é dessas classes se segregarem numa única e mesma **região geral** da cidade: o sul, no Rio e Recife, o quadrante sudoeste, em São Paulo, a zona oeste em Porto Alegre, a sudeste, em Belo Horizonte, e as proximidades da costa de alto mar, em Salvador.

O Quadro 1 e as Ilustrações anexas mostram essa segregação das camadas de mais alta renda nessas metrópoles.

Fatores de ordem cultural, associados aos atrativos do sítio natural, e a localização, principalmente em termos de acessibilidade ao centro, tem ditado a espacialização daquela tendência. O mais notável desses fatores tem se manifestado nas metrópoles oceânicas através da difusão do hábito do banho de mar e a conseqüente valorização das orlas oceânicas, a partir do final do século passado, como no Rio, ou a partir de meados deste, como no Recife. Foi esse fator de ordem cultural que comandou os interesses imobiliários no sentido de atender o novo estilo de vida das camadas de alta renda (e não ao contrário). Essa mudança de estilo de vida foi responsável, por exemplo, pelo desvio da direção de crescimento das camadas de alta renda no Recife, em meados do século XX (do vale do Capibaribe para Boa Viagem) e no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX (da direção oeste, entre a Rua Uruguaiana e o Paço de São Cristóvão, para a zona sul, no Russel, Catete, Flamengo e Botafogo).

(1) Villaça, 1978, **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira.**

Através da segregação, as camadas de alta renda dominam o espaço urbano, não só produzindo suas áreas residenciais nas áreas mais agradáveis e bem localizadas, mas também atuando sobre toda a estrutura urbana segundo seus interesses. Um exemplo clássico dessa atuação são as

transformações por que tem passado os centros principais das nossas metrópoles desde o final do século passado.

QUADRO 1
SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA METRÓPOLE BRASILEIRA

Área Metropolitana	Área de Grande Concentração das Camadas de Alta Renda		
	% sobre População Total da AM (*)	% s/ Área Urbanizada da AM (***)	Pess. c/ 10 anos ou mais (80) ou Chefes de Domicílio (91)Ganhando mais que 20 SM mensais
1. São Paulo			
- 1980** (1)	17,36%	-	62,42%
- 1991 (2)	13,72%	9,68%	54,03%
2. Rio de Janeiro(3)			
- 1980 **	9,56%	-	56,08%
- 1991	8,86%	7,12%	52,80%
3. Belo Horizonte			
- 1991 (4)	8,49%	8,35%	52,21%
4. Salvador (5)			
- 1980 **	18,90%	-	75,09%
- 1991	16,59%	8,47%	67,89%
5. Recife - 1980**			
- Setor oeste(6)	8,12%	-	28,52%
- Setor sul (7)	24,13%	-	41,29%
- Recife 1980 total	32,25%	-	69,81%
Recife - 1991			
- Setor oeste(6)	4,37%	7,47%	25,74%
- Setor sul (7)	12,90%	6,69%	42,62%
Recife 1991 Total	17,27%	14,16%	68,36%
6. Porto Alegre (1986)(8)	10,19%	3,81%	35,96%

Fontes: - Todos os dados referentes a 1980 e 1991: FIBGE, Censos.

- Para Porto Alegre, 1986, a fonte é a Pesquisa OD da METROPLAN

- Para Recife, 1991, ver Quadro 2 anexo.

Notas sobre o Quadro 1

(*) Essa % é sobre o total ou de pessoas de dez anos ou mais, ou de chefes de domicílios.

(**) Em 1980, os dados do Censo - FIBGE, referem-se a "Pessoas de dez anos e mais com rendimentos mensais maiores que 20SM". Para 1991 é "Chefes de domicílio com rendimentos mensais maiores que 20 SM."

(***) Nas medições de áreas urbanizadas, por variações em bases cartográficas e diferenças de metodologia de distintos pesquisadores, deve ser admitida uma variação da ordem de 5% para mais ou para menos. A área edificada do Rio foi medida pelo autor sobre imagem de satélite. A de São Paulo, foi fornecida pela EMPLASA e refere-se a 1987. A de Porto Alegre foi medida pelo autor sobre perímetro fornecido pela METROPLAN. As de Salvador, Recife e Belo Horizonte, foram medidas sobre perímetros esquemáticos e as cifras resultantes devem ser consideradas ordens de grandeza. Para Salvador, a área urbanizada refere-se a 1989. Para Recife, a 1987. Ver fontes nas ilustrações.

- Áreas de grande concentração de camadas de alta renda. Ver figuras .

(1) Corresponde a 17 sub-distritos contíguos do quadrante sudoeste, inclusive Saúde e Ipiranga e exclusive Santo Amaro.

(2) Corresponde a 21 distritos contíguos todos do quadrante sudoeste.

(3) Tanto para 1980 como para 1991, engloba as regiões Administrativas de Botafogo, Copacabana, Lagoa e Barra da Tijuca que totalizavam 219,03 Km² de Área Total segundo o *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro 92/93*, Tabela 1.2.4.

(4) Somente o distrito Centro-Sul

(5) Apenas os Distritos de Amaralina e Vitória em ambos os anos.

(6) Em 1980 incluía os distritos de Boa Vista, Encruzilhada, Graças e Madalena. Em 1991 ver Quadro 2 anexo.

(7) Em 1980 incluía o Distrito de Boa Viagem e o município de Jaboatão dos Guararapes. Em 1991 ver Quadro 2 anexo.

(8) Inclui 22 Zonas de Tráfego contíguas no setor leste

O que aqui se entende por segregação é a alta concentração de camadas sociais em determinada parcela do espaço urbano. Isso significa que em nenhuma outra parte da cidade essa concentração é maior. Não significa que nessa parte haja predominância e muito menos exclusividade dessas camadas. Por isso se diz, seguindo Castells (1978, 204), que em tais partes há uma "...tendência para a organização do espaço em zonas com forte homogeneidade interna e forte disparidade social entre elas, entendendo-se esta disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia." O que se entende por "forte homogeneidade" é relativo. No caso das metrópoles

brasileiras, onde as camadas de mais alta renda são minoria na cidade como um todo, elas freqüentemente são minoria, também nas partes da cidade onde elas se concentram. Porém, por maior diversidade social que apresentem, tais áreas contêm a maior parte das camadas de alta renda da metrópole. Registre-se que Castells apresenta a segregação como uma *tendência*. Portanto só uma análise histórica, inclusive de longo prazo, poderá identificar essa tendência (Villaça, 1978).

3. A ESTRUTURA URBANA BÁSICA

Do ponto de vista de sua estrutura espacial interna a metrópole brasileira pode ser classificada em dois grupos: a metrópole interior e a costeira. Esta última é caracterizada pela localização das camadas de alta renda ao longo da costa de alto mar, mesmo que eventualmente um pouco afastada dele, como no caso de Salvador. Essa localização tem início no final do século XIX no Rio de Janeiro, quando os sistemas de saneamento liberam algumas praias dos esgotos e quando, a partir da Europa, difunde-se no Brasil o hábito do banho de mar. Além do sítio natural, a proximidade ao centro é sempre valorizada. Embora praias cada vez mais distantes sejam ocupadas, isso não significa afastamento do centro. Em primeiro lugar porque as distâncias devem sempre ser relativas ao tamanho das cidades, (e estas são cada vez maiores) e às facilidades de locomoção. Em segundo lugar elas devem ser também proporcionais às distâncias ocupadas pelos bairros populares. Estes sempre ocupam localizações muito mais afastadas que a das camadas de mais alta renda. A Barra da Tijuca está a 20km do centro do Rio em linha reta mas Queimados está a 30.

No caso da metrópole interior (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) as camadas de alta renda também se localizaram em função dos mesmos fatores acima apontados: proximidade ao centro e atratividade do sítio. Esta última foi definida pelos sítios altos, que foram os preferidos inicialmente pelas elites nessas três metrópoles (Campos Elíseos, Lourdes e alto da rua Duque de Caxias respectivamente).

A acessibilidade ao centro e posteriormente, a posição dentro da estrutura urbana são os fatores predominantes na definição da localização das camadas de alta renda em nossas metrópoles. São mais importantes inclusive que o sítio natural atraente. Essas camadas, se necessário, abandonam o sítio natural atraente se para mante-lo for necessário abrir mão da acessibilidade ao centro. Mostra-o o caso do Jardim América em São Paulo. Na época da passagem do século as elites paulistas, subindo as encostas do espigão, já ocupavam a Av. Paulista. Se quisessem manter a ocupação do sítio atraente, elas deveriam dobrar a direita (em direção ao Sumaré) e/ou à esquerda (em direção à Vila Mariana). Essas deflexões entretanto não ocorreram, pois elas significariam maior afastamento da linha reta em direção ao centro. As elites preferiram então ocupar um charco plano em sem atrativos - o Jardim América - para não abrir mão da linha reta na direção do centro (acessibilidade a ele).

4 - A SEGREGAÇÃO E O CONTROLE DO ESPAÇO URBANO

A tese que pretendemos demonstrar é que através da segregação a classe dominante controla a produção e consumo do espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses. A segregação é um processo necessário para que haja esse controle. Sem ela este não poderia existir. A segregação consiste então em uma determinada espacialidade, sem a qual esse controle não poderia ocorrer.

Para Soja (1993, 109) a essência anti-hegeliana e anti-idealista de Marx tornou inaceitável "...uma dialética espacial, ainda que materialista, com os seres humanos produzindo suas geografias e sendo cerceados pelo que produziram." Este trabalho pretende mostrar que a segregação é uma determinada geografia, produzida pela classe dominante e através da qual essa classe "cercea" as demais. Trata-se portanto de um caso de efeito do espacial sobre o social, e não ao contrário, como ocorre tradicionalmente nas interpretações do espaço.

O controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante se dá através do controle de três esferas:

1. Na esfera econômica destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde elas desejam.
2. Na esfera política, ocorre o controle do Estado, que, no tocante ao espaço urbano se manifesta de três maneiras a saber:
 - Controle da localização da infra-estrutura urbana.
 - Controle da localização dos aparelhos do Estado.
 - Controle da legislação de uso e ocupação do solo.
3. Finalmente a classe dominante desenvolve toda uma ideologia a respeito do espaço urbano. Essa ideologia - como toda ideologia - visa auxiliar a dominação e torna-la aceitável pelos dominados.

Vejamos como se dão concretamente essas várias manifestações da dominação através do espaço urbano.

5 - O CONTROLE DO MERCADO IMOBILIÁRIO: OS DESLOCAMENTOS DO CENTRO PRINCIPAL

Ao longo das décadas a segregação tem tido profundo impacto sobre o crescimento e transformações do centro principal das metrópoles brasileiras.

O primeiro efeito se fez sentir desde o final do século, passado, para algumas metrópoles ou início deste, para outras. Consistiu no fato dos centros principais crescerem na mesma direção de crescimento que as camadas de alta renda. Esse processo se manteve até meados deste século. Exemplos são o crescimento do centro de Salvador ao longo da Rua Chile e depois Av. Sete de Setembro ou o do Rio de Janeiro com a mudança do eixo do centro da cidade, da Rua do Ouvidor (direção da chamada "Zona Norte") para a Av. Rio Branco (direção da chamada "Zona Sul").

O segundo efeito consistiu na chamada "decadência " dos centros principais e no seu reverso, o surgimento dos chamados "novos centros" metropolitanos. Observa-se aí um duplo processo que consiste, de um lado, do abandono do centro tradicional por parte das camadas de alta renda e de outro, a produção, por elas e para elas, de outro centro. Exemplos desses novos centros são a Savassi, em Belo Horizonte, a região do Iguatemi em Salvador e a região que vai da Av. Paulista até a Marginal do rio Pinheiros, em São Paulo. Abandonado por aquelas camadas, o centro principal tornou-se então acessível às camadas populares que dele então se apropriaram. Aos olhos da minoria dominante isso é chamado de "decadência". A intensidade com que tal processo vem se manifestando, tem variado em diferentes metrópoles. Ele é particularmente intenso em São Paulo, Salvador e Fortaleza.

O processo de abandono do centro principal e de produção de um "novo centro" se concretiza no mercado imobiliário, na medida em que as localizações "centrais" imobiliariamente mais valorizadas, seguindo o deslocamento dos bairros de alta renda, mudam radicalmente, passando do "Centro Velho" para o "Centro Novo". Controlando o mercado imobiliário a classe dominante controla não só o crescimento (ou a falta de crescimento) do centro principal mas também a forma (contínua ou descontínua) e direção desse crescimento.

6. O CONTROLE DO ESTADO

Como vimos acima o controle do Estado na produção do espaço urbano se dá através de três processos.

O primeiro é a localização da infra-estrutura urbana, principalmente o sistema viário. A simples observação mostra que os sistemas viários privilegiam os bairros da classe dominante não só quanto a suas localizações mas também quanto a seus tipos. Nossas metrópoles priorizam cada vez mais sistemas viários voltados para o automóvel e/ou atendendo a região onde se concentram aquelas classes. No Rio, mesmo antes das linhas *Vermelha* ou *Amarela*, (que privilegiam o automóvel) a classe dominante era privilegiada por um sistema viário - com caríssimos aterros, túneis e elevados - que privilegiavam a zona sul. Em Salvador ocorre o mesmo e em São Paulo idem.

O segundo mecanismo através do qual se revela o controle da classe dominante sobre o Estado no tocante à produção do espaço urbano é a localização dos aparelhos do Estado. Neste particular o mais notável exemplo vem de Salvador, com o Centro Administrativo, mas uma mesma **tendência** é observável em todas as nossas metrópoles. Em São Paulo, cada vez mais, os órgãos públicos transferem-se para a "região da Paulista" ou para aquela situada entre essa avenida e o Rio Pinheiros.

Finalmente a classe dominante controla a legislação urbanística. É sabido que em nossas metrópoles essa legislação visa predominantemente atender os requisitos urbanísticos - tamanho de lotes, recuos, usos e até mesmo os códigos de obras - desejados e viáveis pelas e para as camadas de mais alta renda. Invariavelmente tal legislação coloca na clandestinidade, no mínimo 60% dos bairros, ruas e edificações de nossas metrópoles. No tocante ao zoneamento também é clara a tendência deste definir usos, recuos, gabaritos etc. visando unicamente a paisagem dos bairros de alta renda e os padrões de mercado que neles vigoram.

7. O CONTROLE DA IDEOLOGIA

Ao longo das décadas a classe dominante vem desenvolvendo uma ideologia específica sobre o espaço urbano de nossas metrópoles, tendo por objetivo facilitar a dominação através dele.

O real, não é fácil e diretamente observável pelos nossos sentidos. Daí, como disse Marx, a necessidade da ciência. Se o real se manifestasse diretamente aos nossos sentidos não haveria necessidade dela. Surgem então diferentes **versões** sobre o real. Ideologia (Chauí, 1981, 21) é aquela versão da realidade social desenvolvida pela classe dominante tendo em vista facilitar a dominação, tornando-a aceitável pelos dominados. Essa versão tende a esconder dos homens o

modo real como as relações sociais são produzidas. Por meio da ideologia os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que estas pareçam verdadeiras e justas.

Inúmeros são os exemplos de ideologia do espaço urbano, isto é, versões sobre ele e suas origens. Vamos destacar dois. O primeiro enquadra-se na categoria geral de *naturalização dos processos sociais* (Ex. A miséria do nordeste é decorrência do clima) . O centro de nossas cidades sofre um processo de deterioração. Deterioração (sinônimo de apodrecimento) é um processo natural, inevitável, decorrente do envelhecimento. Segundo essa versão, é o envelhecimento dos centros de nossas metrópoles que estaria provocando sua "deterioração". Não é seu abandono pela classe dominante. A segunda categoria geral é a *universalização do particular*, sendo que o particular é aquele que se refere à classe dominante. Esta promove a ideologia segundo a qual **a cidade** se identifica com **aquela parte da cidade** que é de interesse ou é ocupada pela classe dominante. "O centro **da cidade** está se deslocando, ou mudando de local" diz a ideologia dominante. No entanto o que está mudando é o centro da cidade voltado para a minoria, para a classe dominante. Suponhamos (embora não seja verdade) que a cidade tenha dois centros principais (**principal** só pode haver um). A classe dominante desenvolve a ideologia de que o dela é que é o centro principal, embora seja da minoria. O "centro velho" (outrora o "principal") embora hoje seja centro da maioria, e por isso é o centro **principal da cidade**, para a ideologia dominante, não é mais o centro da cidade. O centro, diz ela, deslocou-se. Está mudando para a Savassi, para o Iguatemi, para a Marginal do Pinheiros. O centro **da cidade** não é mais o "centro velho". Note-se o que diz essa ideologia: justamente agora que o centro tornou-se popular, isto é, da maioria, e por isso tornou-se centro **da cidade**, ele não é mais o centro **da cidade**. O centro **da cidade** mudou. A ideologia dominante procura difundir então a idéia de que o **seu** centro é o centro **da cidade**, mesmo que seja centro de uma minoria.

8. CONCLUSÃO

Sem a segregação em uma única região geral da metrópole seria impossível a dominação acima descrita através do espaço urbano. Entende-se aqui como "região geral " uma parte da cidade que tende a uma certa (por menor que seja) homogeneidade social. Zonas Norte e Sul do Rio, por exemplo. Queremos destacar aquelas "regiões gerais" onde tendem a se concentrar (mesmo sem predominar) as camadas de mais alta renda. São as que aparecem nas ilustrações anexas.

A segregação em uma única região geral da metrópole é assim um **processo necessário** para que haja dominação através do espaço urbano.

A última figura mostra duas alternativas de espaço urbano segregado: numa alternativa, admite-se que a segregação seria por bairros somente, e estes estariam espalhados pelos quatro cantos da metrópole. Neste caso não haveria "segregação segundo uma **região geral da cidade**" mas tão somente por bairros. Essa alternativa é hipotética. Ela não existe na realidade. Cabe entender por quê.

A segunda alternativa mostra os bairros das camadas de alta renda predominando (mesmo que ali sejam minoria) numa única "região geral da cidade".

Note-se que só nessa segunda alternativa seria possível deslocar o centro para a região de alta concentração das camadas de alta renda. Isso seria impossível se (como ocorre no Primeiro

Mundo) a estratificação social fosse menos acentuada e as classes sociais estivessem mais ou menos uniformemente distribuídas em torno do centro.

Só nessa alternativa seria possível fazer com que o Estado melhorasse a infra-estrutura viária, de maneira a atender predominantemente as camadas de mais alta renda. Essa alternativa é aquela que melhor possibilita uma desigual produção e distribuição do espaço de maneira a facilitar a apropriação diferenciada do espaço urbano enquanto produto do trabalho.

Só nessa alternativa é possível produzir um sistema viário que atenda diferenciadamente a cidade, ou seja, que atenda melhor os interesses da classe dominante; só nela é possível desenvolver a ideologia da universalização do particular. Só nela os aparelhos do Estado podem se localizar na mesma região geral onde se encontra aquela classe.

O papel do espaço reside no seguinte: dada uma certa estratificação social, dadas as mesmas características sócio econômicas, culturais e políticas da população, a forma como a população e essas características se organizarem no espaço, produzirão efeitos sociais diferentes. A segregação - uma determinada configuração espacial - é necessária para que haja dominação através do espaço e através dessa dominação haja apropriação diferenciada do produto do trabalho.(Ver Ilustração com as duas alternativas de arranjo espacial)

O espaço produzido está assim, condicionando o social. Note-se entretanto que isso não significa reificar esse espaço, pois ele próprio é produto social. Na verdade só o social pode condicionar o social. Mostra entretanto o espaço, enquanto um produto social, condicionando o social.

Flávio Villaça
São Paulo, janeiro de 1997.

QUADRO 2

REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

**CONCENTRAÇÃO DAS CAMADAS DE ALTA RENDA
1991**

A. SETOR OESTE

Bairros	Domicílios	
	Total	Com chefes ganhando 20 SM ou mais
1. Aflitos	897	278
2. Boa Vista	6.043	494
3. Casa Forte	1.130	317
4. Derby	646	184
5. Encruzilhada	2.486	257
6. Espinheiro	2.379	552
7. Graças	4.251	1.177
8. Jaqueira	231	76
9. Madalena	5.109	495
10. Parnamirim	1.192	296
11. Poço	975	171
12. Rosarinho	631	99
13. Tamarineia	2.793	270
TOTAL	28.763 (4,37%)	4.666 (25,74%)

B.SETOR SUL

Bairros e Região Metropolitana	DOMICÍLIOS	
	Total	Com chefes ganhando mais que 20 SM mensais
1. Boa Viagem	24.092	5.552
2. Pina	6.437	202
2. Jaboatão de Guararapes (*)	54.459	1.970
TOTAL	84.988 (12,90%)	7.724(42,62%)
Região Metropolitana do Recife	658.940	18.125

(*) Trata-se apenas do Distrito e não do Município.

Fonte: IBGE. Os dados por bairros foram fornecidos pela Prefeitura Municipal do Recife, Secretaria de Planejamento Urbano e Ambiental, DIP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BODDY, 1976, "Urban political economy: an introduction" in **Antipode**, vol 8 number 1, march 1976, p. 1

CHAUI, Marilena, 1981, **O que é ideologia**, São Paulo, Brasiliense, 2a. ed.

GOTTDIENER, Mark, 1985, **The social production of urban space**, Austin, University of Texas Press.

HOYT, Homer, 1959, "The pattern of movement of residential rental neighborhoods" in MAYER, Harold M. e KOHN, Clyde F. eds. **Readings in Urban Geography**, Chicago, The University of Chicago Press, pp. 449-510.

LEFEBVRE, 1970, **La revolution urbaine**, citado por Soja. E., 1980, 210 e por Harvey, 1976, 306.

SOJA, Edward, 1980, "The socio-spatial dialectic", **Annals of the Association of American Geographers**

_____ 1993, **Geografias Pós Modernas**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

VILLAÇA, Flávio, 1978, **A estrutura territorial da metrópole sul brasileira**, Tese de Doutorado junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Dat. Esta obra está disponível nas bibliotecas de arquitetura e ciências sociais das Universidades Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia, na Biblioteca Pública de Porto Alegre e na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.